

# MUITA TERRA PRA POUCO ÍNDIO?<sup>1</sup>

## A luta pela terra: agricultores e indígenas no Oeste do Paraná

*Edina Rautenberg<sup>2</sup>  
Selma Martins Duarte<sup>3</sup>*

As disputas pela terra entre indígenas e agricultores da região fronteira do Oeste do Paraná, neste primeiro semestre de 2013, tem se acirrado em decorrência da intervenção organizada e intencional de vários setores: cooperativista, bancário, midiático, industriário, comerciário, político, e da igreja. Para além dos conflitos étnicos e culturais, o que motiva estas disputas, por parte destes setores, é o fator econômico, especificamente na luta pelo domínio da terra. Destacamos ainda que muitos grupos tem se utilizado deste conflito com interesse político, visualizando angariar apoio para as eleições de 2014 ao governo e assembleia legislativa do estado do Paraná.

Em meio a estes conflitos de interesses estão os indígenas guarani e os agricultores, ora tratados como massa de manobra, para atender interesses que necessariamente não são os seus; ora vistos numa perspectiva maniqueísta, como bandidos ou mocinhos, como forma de desvincular sua atuação social, construindo estereótipos sobre esses grupos. Esta visão distorcida sobre esses grupos é reproduzida pela mídia, que acaba contribuindo na construção de um consenso forjado transformando os indígenas em oportunistas, e os pequenos agricultores em vítimas.

A perspectiva deste mural não é reproduzir ou inverter estes estereótipos, e sim problematizá-los, dando a dimensão da complexidade que envolve a luta e o direito à terra no Brasil. Desde o contato inicial entre indígenas e não indígenas, esta luta vem sendo travada historicamente em várias frentes, mediada ou não por Leis. Quando existem, estas regulações nem sempre são respeitadas e por vezes são geradoras de mais conflitos, seja pelo texto confuso ou incompleto da Lei, seja pela interpretação e uso que se faz delas.

Os fatores que desencadearam esses conflitos foram elaborados e reelaborados de acordo com os diferentes contextos históricos por estarem permeados por interesses. Como

---

<sup>1</sup> Mural produzido em Maio/Junho de 2013. Coordenação: Edina Rautenberg e Selma Martins Duarte. Estagiários: Alex Sander Sanoto, Alex Sandro Ventura Griebeler, Cintia Valéria de Mello, Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho, Luana Milani Pradela, Lucas Blank Fano, Lucas Eduardo Gaspar, Nicole de Cândido Ponestk, Paulo Roberto da Costa Sartori e Sara Munique Noal.

<sup>2</sup> Professora do curso de História da UNIOESTE.

<sup>3</sup> Professora da SEED.

define Darcy Ribeiro, “o problema indígena não pode ser compreendido fora dos quadros da sociedade brasileira, mesmo porque só existe onde e quando índio e não-índio entram em contato” (RIBEIRO, in: OLIVEIRA, 2000:64). É necessário, portanto, que se avalie as reais intenções que permeiam a não permissividade de os indígenas habitarem estas terras e que podem ser visualizadas nas discussões da Proposta de Emenda Constitucional nº 215, que tem procurado estabelecer novos critérios de demarcação territorial. Diante da organização e mobilização da sociedade civil, grupos específicos relacionados principalmente ao agronegócio, demonstraram sua força de atuação em mobilizar representantes políticos no Executivo e no Legislativo para assegurar seus interesses. Como demonstra João Pacheco, a solução do problema indígena “passa necessariamente pela solução de alguns grandes problemas nacionais” (OLIVEIRA, 2000:64). Enquanto não houver uma atuação mais cuidadosa e acelerada do Estado, permaneceremos vivenciando esta situação de conflito em que o indígena quase sempre é o prejudicado.

Do mesmo modo que se torna impossível negar o direito originário dos indígenas nestas terras – já que há documentos e estudos que comprovam a presença, desde tempos imemoriais, de diferentes parcialidades Guaraní no Oeste do Paraná<sup>4</sup> –, é necessário que se compreenda a situação dos pequenos agricultores que, através de escrituras, provam e requerem o direito legalmente adquirido desta porção territorial. Assim como os Guaranis possuem uma relação intrínseca com a terra – que é morada dos homens e das divindades e local onde viveram seus antepassados –, muitos destes agricultores também estabelecem uma relação de pertencimento com a terra na qual vivem – onde elaboram e reelaboram significações e relações culturais e de trabalho com o espaço em que estão inseridos. Muitos participaram ou descendem das famílias que estiveram presentes no processo de reocupação desta região, nas décadas de 1940 e 1950, abrindo picadas para trabalhar e construir suas habitações, em meio a muitas dificuldades. Neste sentido, a terra onde atualmente habitam estes agricultores é, além de muitas vezes, única fonte de renda para sua sobrevivência, representação e lembrança do trabalho e da luta de seus familiares.

Ao caracterizar a luta pela terra por parte dos indígenas como sendo uma luta contra os pequenos agricultores do Oeste do Paraná, diversos grupos políticos e econômicos, já citados anteriormente, têm atuado na criação de uma aversão generalizada, preconceituosa e leviana por parte da sociedade civil em relação aos indígenas. Estes apresentam as reivindicações indígenas pela demarcação territorial de forma distorcida, apontando para proporções muito

---

<sup>4</sup> Entre eles uma Escritura Pública de Declaração (1990), baseada no trabalho arqueológico desenvolvido pela equipe do Professor Igor Chmyz. (RIBEIRO, 2001:173-174).

além daquelas realmente reivindicada pelos indígenas e em estudo pela FUNAI. Também acusam os indígenas de serem do Mato Grosso do Sul ou do Paraguai, colocando-os como oportunistas. Ao fazerem esta acusação, desconsideram a história dessas populações indígenas, que se caracterizam por serem circulantes e por estabelecerem uma relação diferenciada com o espaço e as fronteiras que para eles, além de territoriais, são sobretudo culturais. Também desconsideram a história da região, marcada pela exploração desses sujeitos e pelas expulsões constantes. Mesmo diante da expulsão houve resistência de alguns grupos que permaneceram habitando a região.

Ao tratar a questão desta forma, os grupos hegemônicos da região tem tornado a reivindicação indígena ilegítima, banalizando sua causa e tornando-os uma ameaça a todos os pequenos agricultores da região. Este cenário que coloca pequenos agricultores e indígenas como inimigos, desloca o olhar das questões centrais e complexas que envolvem o problema fundiário no Brasil. Este passa pela má distribuição de terras, bem como pelo interesse de alguns grupos hegemônicos que querem se perpetuar no poder e fazem uso deste conflito para angariar apoio político e eleitoral.

Este mural tem o propósito de aprofundar a análise sobre a complexidade que representa o conflito entre indígenas e a sociedade nacional no Brasil. Pretende ainda alertar para a importância da busca por informações qualificadas sobre o tema, visando não reproduzir o discurso dos grupos dominantes e sim analisar os antagonismos que envolvem estas disputas.

## Os donos da terra

*Cintia Valéria de Mello*<sup>5</sup>

*Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho*<sup>6</sup>

Erramos em acreditar que a terra antes de ser dividida em lotes, sempre fora designada propriedade privada. Quando Colombo atravessou o oceano e pisou em terras americanas foi recepcionado por índios que diferentemente de sua cultura, não tinham interesses mercantis em relação à terra. Hoje, se formos visitar uma aldeia indígena Guarani, em sua entrada haverá uma placa com sua denominação, e a palavra “Tekoha” que em tupi-guarani significa “habitação na terra”. Os indígenas guaranis estabelecem com a terra relações que vão além de um espaço para habitar, constitui-se no local onde realizam orações para o sagrado e rituais cotidianos. A organização e divisão de terras são diferentes do que denominamos de fronteiras e propriedade privada. Para os grupos indígenas não são baseadas em divisões políticas ou geográficas, mas nas diferenciações étnico-culturais.

Para os indígenas, a terra é o local onde o índio está em contato com o que considera importante, ou seja, a natureza. Portanto, quando destituídos de terras, não estão perdendo apenas uma propriedade, mas, sobretudo aquilo de mais significativo que pode haver na cultura indígena: sua relação com a terra, com a natureza e as relações sociais que estabelecem nestes espaços. Observamos que, em muitos aspectos, essa organização dos indígenas diferencia-se do modo de viver dos não-índios, que utilizam-se de suas propriedades para uso particular. Os indígenas compreendem que a terra oferece todos os recursos para a sobrevivência da sociedade em geral, como destaca Ramos na citação que segue:

Para os povos indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento. Não é apenas um recurso natural - é tão importante quanto este - é um recurso sócio-cultural.<sup>7</sup>

Diante disso, diversos grupos indígenas compreendem que não é uma denominação de divisões de Estado ou de municípios que os dividirá. Porém, muitas comunidades indígenas convivem com as contradições entre suas concepções de mundo, e formas de organização, e as normas estabelecidas pelos não-índios. Destacamos o exemplo dos indígenas que vivem na fronteira do Brasil com Paraguai. Estes povos, muitas vezes, são denominados pejorativamente de “brasiguaios”, como forma de marginalizá-los e destituí-los de uma

---

<sup>5</sup> Acadêmica do 4º ano de História da UNIOESTE.

<sup>6</sup> Acadêmica do 4º ano de História da UNIOESTE.

<sup>7</sup> RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas. Disponível em:

[http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo.htm#o\\_que](http://www.funai.gov.br/indios/terras/conteudo.htm#o_que). Acessado no dia 01/06/2013.

nacionalidade brasileira, negando, por consequência, os direitos constitucionais que lhes são atribuídos. No entanto, estas sociedades acreditam que o fato de pertencerem a um mesmo grupo é o suficiente para que sejam da mesma família. Neste sentido, se um território pertence aos Kaiowás-Guarani da cidade de Guaíra, por exemplo, ao receberem visita de outros Kaiowás não farão diferenciação de: “esta é a minha terra, minha propriedade”, terão a compreensão de que: “esta é a nossa terra, portanto, a nossa casa”.

## Expropriação dos Povos Guarani: A luta continua

*Lucas Fano*<sup>8</sup>

*Nicole de Cândido Ponestk*<sup>9</sup>

Os diferentes povos autóctones habitam a América desde tempos imemoriais. Estes povos foram expropriados de seu modo de vida a partir da colonização europeia iniciada ainda no século XV. Aqui no oeste do Paraná as expedições realizadas pelos exploradores espanhóis começaram no século XVI e continuaram ao longo da história. Uma das formas de compreendermos este processo histórico é através dos vários documentos produzidos pelos europeus. O espanhol Cabeza de Vaca<sup>10</sup>, que vinha com seus conterrâneos “desbravar” a região, entrando em contato com os “índios”, escreveu diversos relatos contando sobre sua experiência. Estes documentos, além de nos informarem sobre as estratégias e objetivos dos colonizadores, indicam que o oeste do estado era habitado pelos povos Guarani.

Para evidenciar o processo de expropriação praticado pelos “não índios” contra os “índios”, voltemo-nos para uma história mais recente. Estudos históricos e antropológicos acerca de territórios indígenas só começaram a ser feitos na década de 1970. As pesquisas se direcionam mais para a colonização recente da região, a partir do século XIX. Os projetos governamentais (tal como a construção da usina hidrelétrica), que vão sendo colocados em prática fizeram com que os povos Guarani fossem gradativamente expropriados de seu modo de vida. Muitos começaram a trabalhar em pequenas propriedades, como bóias frias, por se verem expulsos de seus territórios. Com a impossibilidade de negar a existência de “índios” nos territórios usurpados, o Estado criou um modo de tirá-los da região, e sem o consentimento dos “indígenas”, os mandou para uma reserva<sup>11</sup>. Considerando que a região anteriormente ocupada era de 1500 hectares, a nova reserva contém apenas 251 hectares, uma quantidade de terra insuficiente para a reprodução da cultura Guarani.

Além disso, os Guarani não compreendem o território que até então habitavam como sendo o “oeste do Paraná”, pois suas noções de fronteiras, tanto culturais, quanto territoriais, se diferem das nossas. Seu modo de vida consiste em uma migração circular<sup>12</sup>, eles visitam as outras aldeias, mas retornam ao ponto de origem. Essa migração faz parte de sua cultura, assim como o uso da terra, suas crenças, entre outras práticas culturais. A cultura indígena e

---

<sup>8</sup> Acadêmico do 4º ano de História da UNIOESTE.

<sup>9</sup> Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE.

<sup>10</sup> MOTA, Lucio Tadeu (Org.). As cidades e os povos indígenas: mitologias e visões. Maringá: Ed. UEM, 2000.

<sup>11</sup> Área Indígena de Santa Rosa do Ocoy.

<sup>12</sup> Para ver mais: RIBEIRO, Sara I. G. T. Fronteira e espacialidade: o caso dos Guarani no oeste do Paraná. In: Revista Varia Scientia v. 06, n. 12.

as características de suas terras não são levadas em consideração quando o Estado os induz a permanecer em um território qualquer, muito menos quando existe a tentativa de “integração” na sociedade, com o intuito de transformá-los em “cidadãos ideais”, pois os costumes que compõem o modo de vida Guarani não são respeitados. Pela impossibilidade de voltar a habitar em seus territórios de origem, os Guarani reivindicam apenas um pedaço de terra para que possam viver de acordo com seus valores.

Na região oeste do Paraná vivem muitos “índios” em situação precária. Em Guaíra, por exemplo, são cerca de 21 famílias reivindicando o acesso à terra a partir de atos públicos de manifestação. A situação deles é precária, e por isso, exigem medidas urgentes por parte do Estado para que seja possível a demarcação de um território onde possam viver. Nos últimos meses estas lutas empreendidas pelos povos Guarani se tornaram evidente na sociedade, a partir das polêmicas produzidas por alguns setores que tentam desmoralizar os povos “indígenas” através de argumentos, no mínimo questionáveis. Podemos perceber o conflito de interesses entre o setor ruralista e a comunidade “indígena”, por exemplo, neste trecho retirado do jornal “Gazeta do povo”<sup>13</sup>:

O clima de tensão entre o setor ruralista e a comunidade indígena repercute em Guaíra. Boa parte da população se posiciona contra os funcionários da Funai, condição que prejudica os guaranis. Jovens indígenas que frequentam a escola são marginalizados e sofrem preconceito, segundo o indigenista Diogo de Oliveira, do escritório local da Funai. “Eles são taxados como ‘invasores’ e ‘bugrinhos’, diz.

Desde a chegada dos europeus iniciou-se um processo colonizador que buscou expropriar estes sujeitos de suas culturas a partir dos assassinatos em massa, da evangelização praticada pelos padres jesuítas e da utilização de mão-de-obra escrava “indígena”. No entanto, longe de serem totalmente massacrados, os povos Guarani ainda existem e lutam organizadamente para conseguir sobreviver ao avanço do capitalismo, reivindicando um pedaço de terra onde possam exercer seus hábitos tradicionais e viver do jeito que quiserem. Afinal, são eles os verdadeiros donos destas terras hoje concentradas nas mãos de uma minoria.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1373392&tit=Disputa-por-terra-deixa-Guaira-em-pe-de-guerra>. Consultado em 17 de junho de 2013.

## Muita terra pra pouco índio?

*Luana Milani Pradela<sup>14</sup>  
Sara Munique Noal<sup>15</sup>*

Desde a chegada dos europeus ao Brasil, as terras que até então eram habitadas pelos indígenas, foram sendo expropriadas e concentradas nas mãos dos grandes latifundiários pelo sistema de sesmarias<sup>16</sup>, responsáveis pela conquista e desbravamento do novo território. Em 1850 intensificou-se ainda mais essa concentração, pois instituiu-se a Lei de Terras, na qual a posse só poderia ser efetuada a partir da compra, o que favoreceu ainda mais os grandes fazendeiros. Essa política daria início à configuração do que se observa hoje no meio agrário, caracterizado pela má distribuição de terra.

Essa espoliação de terra atingiria diretamente os indígenas, que em sua maioria foram expulsos de seu território de origem, sendo que grande parte foi submetida ao trabalho escravo nas grandes fazendas. Mesmo com as mais variadas formas de resistência por parte dos indígenas, muitos enfrentaram intensas batalhas contra os colonizadores, nas quais geralmente eram derrotados devido à diferença bélica.

Devido à mobilização dos próprios indígenas sobreviventes no decorrer do processo de expropriação, foram alcançados alguns direitos em forma de Lei que asseguram a permanência desses índios em pequenas porções territoriais estabelecidas pelo Estado, além de alguns benefícios judiciais. No entanto, o direito à seguridade das terras indígena não obteve grandes transformações nesse processo. Isso ocorre devido a intencionalidades ou a falhas, tanto do governo, quanto dos órgãos indigenistas, que por vezes favorecem os interesses de alguns proprietários de terra, gerando um conflito que lesa, na maioria das vezes, os indígenas.

O grande conflito se dá principalmente a partir do contato dos indígenas com os grandes ruralistas, pois enquanto os primeiros almejam as terras que lhe são de direito os outros se utilizam de diversos argumentos na defesa da propriedade privada e do acúmulo destas. Dessa forma, o processo de demarcação e devolução de pequenos pedaços de terra às tribos indígenas é dificultado pela ação destes latifundiários, com a permissividade do Governo, da Bancada Ruralista e dos meios de comunicação hegemônicos.

---

<sup>14</sup> Acadêmica do 3º ano de História da UNIOESTE.

<sup>15</sup> Acadêmica do 1º ano de História da UNIOESTE.

<sup>16</sup> Sistema de distribuição de terras instaurado no Brasil colonial, dividindo grandes porções de terra nas mãos de poucos.



Entre os argumentos utilizados por esses ruralistas está o do agronegócio enquanto base da economia brasileira, impulsionando o crescimento do país. Para isso, questiona-se a distribuição das terras aos indígenas que seriam de interesse da exploração agrícola, pois esta ação reduziria o estoque de terras para a agricultura e desestabilizaria a economia gerando cada vez mais pobreza. No entanto, esse discurso em defesa do agronegócio se coloca mais uma vez apenas ao lado dos grandes proprietários, pois são os maiores beneficiados e os que teriam maior possibilidade de concentrar terras, e talvez seja essa concentração de terras por parte de poucos que acirra a pobreza. Esse discurso ainda ignora a própria condição do indígena enquanto agricultor, tentando se construir a versão de um indígena vagabundo, que não produz, quando na verdade, há uma relação muito próxima do indígena com a terra e a produção de alimentos para sua sobrevivência, sendo esse um dos principais motivos destes quererem um espaço rural.

Outro argumento é a quantidade de terras que está sob domínio indígena. Primeiramente, de acordo com João Pacheco de Oliveira, os dados quantitativos apresentados sobre as terras ocupadas ou reivindicadas pelos índios são virtualmente inexistentes, pois uma grande parte dessas terras que se dizem destinadas as reservas indígenas, são utilizadas para finalidades diferentes das suas necessidades. Parte desse território é invadido por fazendeiros, posseiros, extratores, construções adversas, muitas vezes vinculadas ao próprio Estado, como por exemplo, as hidrelétricas de Belo Monte e Itaipu, além de ferrovias e estradas. Além disso, a maior parte dessas terras se encontram na Amazônia onde há menores índices de ocupação por outras atividades rurais, havendo maior disponibilidade de terras. Enquanto isso, outras regiões como no Paraná, a taxa de ocupação por imóveis rurais corresponde a 98%, restando muito pouco a ser destinado as demandas indígenas.

Porém, esse conflito de interesses toma dimensões ainda maiores quando os grupos ruralistas decidem agir de maneira direta. Quem não se lembra do caso dos Guarany-kaiwá, em que cerca de 170 índios que ocupavam 2 hectares de uma grandiosa fazenda privada em Mato Grosso do Sul, tiveram sua expulsão decretada pela Justiça por intermédio do proprietário? A região é ocupada por esses indígenas há séculos, no entanto, passaram por um processo de expropriação para atender aos interesses da propriedade privada. Ao retornarem para suas terras de origem sofreram um longo processo de disputa, além de cerca de 250 indígenas terem sido assassinados por jagunços de fazendeiros da região, que se utilizaram da justiça como último recurso. Casos de assassinatos como estes são muito comuns contra os movimentos indígenas, que resistem e lutam por terra e por sua sobrevivência.

O que devemos levar em consideração é que se há “falta” de terra, não é devido à distribuição para os povos indígenas ou a outros movimentos sociais que sofrem com a falta deste bem. O problema da escassez, que atinge grande parte dos trabalhadores não indígenas, é decorrente principalmente da concentração de terra pelos grandes latifundiários, que controlam parte da economia brasileira, e se utilizam de forma incorreta da terra, sendo esses os grandes causadores do crescimento da população rural sem terra. Com isso, é preciso refletir e analisar os argumentos utilizados, não apenas pelos grandes fazendeiros, mas também pela mídia e pelo próprio Estado, para que dessa forma se possa modificar a estrutura rural na qual nos encontramos hoje.

## Uma questão somente indígena?

*Alex Sander Sanoto<sup>17</sup>*  
*Lucas Eduardo Gaspar<sup>18</sup>*

Um dos assuntos que vem se tornando cada vez mais polemico, não apenas na mídia, mas também entre governantes, algumas entidades e até mesmo na igreja, é a atual situação dos indígenas na região do Extremo-Oeste do Paraná, destacando-se principalmente as cidades de Guaíra e Terra Roxa onde vem ocorrendo grandes reivindicações e até mesmo algumas ocupações de terras feitas pelos povos indígenas. O objetivo deste artigo é tentar abordar brevemente como cada uma dessas várias instituições se inserem, relacionam-se e atuam na questão indígena recente do Oeste do Paraná.

Devemos nos atentar aqui, como esse assunto vem sendo transmitido à população através da mídia. Os meios de comunicação, apesar de se dizerem imparciais, tomam sempre partido em relação a essa questão, pois estão sempre ligados a certos grupos sociais, que na maioria das vezes se trata da classe dominante, partilhando também de seus interesses. Se pegarmos como exemplo, as reportagens transmitidas pela RPCTV na região do Paraná, percebemos que apesar do discurso de imparcialidade construído pelo jornal, este toma partido diante da questão.

A grande maioria das entrevistas transmitidas são de pequenos produtores rurais que tem suas terras ocupadas, dando ênfase a situação que se encontram essas ocupações. Em alguns casos observa-se que na entrevista há um discurso comum de marginalização dos indígenas, representados como invasores de fazendas, agindo de forma violenta, queimando casas e destruindo plantações. Nas entrevistas de alguns indígenas, o jornal afirma que muitas pessoas, tanto da cidade, como produtores da área rural, vem atacando, ameaçando e até chegaram a atirar fogo nos barracos indígenas. Esta repressão às ações dos indígenas é justificada pelo jornal devido ao fato dos indígenas terem “invadido” e agido violentamente “primeiro”. Em alguns momentos, os meios de comunicação passam a divulgar algumas matérias com fatos distorcidos ou sem referência dos dados apresentados. Uma das informações transmitidas pela mídia e que já foi provada falsa pela FUNAI, é o boato de que os indígenas reivindicam ao governo a demarcação de 100 mil hectares de terras, na região Oeste do Paraná.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ligado a Igreja Católica da região sul do Brasil e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, declararam em nota o seu apoio aos

---

<sup>17</sup> Acadêmico do 3º ano de História da UNIOESTE.

<sup>18</sup> Acadêmico do 3º ano de História da UNIOESTE.

povos Guarani e Kaingang do Paraná. O CIMI responsabiliza o governo federal pela atual situação dos povos indígenas, e afirma que, além de não criar melhorias para a vida desses povos e não realizar as demarcações de terras que são extremamente necessárias, o governo vem assumindo de forma clara, uma política desenvolvimentista que incentiva e apoia às entidades ligadas ao agronegócio. Porém, dentro da igreja há algumas divergências na forma de se pensar esse tema. A exemplo dos acontecimentos envolvendo os povos indígenas no Oeste do Paraná, houve a distribuição de um folder, dentro da Igreja Católica Matriz, na cidade de Guaíra, que exibe uma perspectiva totalmente diferente do posicionamento do CIMI sobre a questão.

O panfleto distribuído, denominado “A Verdade”, induz a uma análise que desqualifica o uso feito pelos indígenas das terras que foram ocupadas em Guaíra e Terra Roxa. Além da possibilidade de ser uma imagem manipulada, ignora-se o fato destas terras ainda não se constituírem enquanto reserva indígena, bem como, desconsidera-se o modo de viver e de produzir destes povos. Podemos perceber no panfleto, a tentativa de se criar uma verdade sobre a busca pela terra indígena, utilizando-se de dados duvidosos, distribuídos por entidades influentes na cidade, para uma população com pouca informação sobre a questão. Esta desinformação acaba criando uma “verdade” que atende determinados interesses das classes dominantes.

A postura da maioria dos governantes em relação à questão indígena do oeste do Paraná é de ignorância e negação dos direitos indígenas garantidos pela Constituição. Os índios são muitas vezes representados como marginais que querem invadir propriedades particulares. Um exemplo foram os argumentos apresentados em reunião, realizada no dia 19 de abril de 2013, em Marechal Cândido Rondon, onde estavam presentes diversos governantes – como prefeitos, deputados federais e estaduais e até mesmo um senador –, além de diversos agricultores da região, que possuem propriedades de diversos tamanhos, desde as menores até os grandes latifundiários.

Nessa reunião foi possível notar como esse grupo de políticos está se organizando e atuando contra a luta indígena, perpassando, repetidamente, o discurso de defesa da propriedade privada e da garantia de produção de gêneros alimentícios na lógica do agronegócio, que segundo eles, é o que impulsiona a economia e o desenvolvimento do país. Nos referidos discursos os indígenas foram apresentados como sujeitos que ameaçam o direito de propriedade dos agricultores e o desenvolvimento nacional. Além disso, esteve presente na maioria das falas desses governantes, o preconceito em relação aos indígenas, tratando-os como bêbados, impostores ou aproveitadores.

A FUNAI (Fundação Nacional do Índio), também vem sendo alvo de críticas dos segmentos anteriormente citados, por supostamente estar apoiando e até mesmo liderando os indígenas no processo de ocupação das propriedades particulares no Brasil. Cabe ressaltar que a FUNAI é um órgão do governo federal, que tem como função garantir os direitos básicos dos indígenas, bem como, regular o uso das terras indígenas. A FUNAI é responsável ainda por comandar os estudos de delimitação e demarcação territorial, mas para isso, conta com um grande número de integrantes, de estudiosos de diversas áreas. No entanto, a efetiva demarcação só ocorre após a aprovação pelo judiciário e assinatura de decreto do governo federal.

A FUNAI não deve ser compreendida como um órgão homogêneo, pois os funcionários dessa instituição partilham dos mais diversos interesses, que por vezes, não são os mesmos interesses compartilhados pelos indígenas. O que torna essa situação ainda mais complexa, é que esse órgão que foi criado para proteger e promover os direitos dos povos indígenas, nem sempre cumpriu esse papel, já tendo passado por duas CPIs, acusada de colaborar no desrespeito aos direitos indígenas.

Em suma, esse texto pretendeu problematizar como diversos grupos e instituições estão atuando e divulgando a questão indígena no oeste paranaense. Observa-se a partir do estudo ora feito, a existência de posicionamentos políticos dos variados segmentos, que buscam defender seus interesses. Por isso, quando pensamos em qualquer uma dessas instituições, grupos ou órgãos, devemos pensar imediatamente também em quais seus interesses em relação às terras e aos indígenas, para que posteriormente possamos ver de forma mais abrangente o sentido de suas falas.

## **O indígena: desmascarando os estereótipos**

*Alex Sandro Ventura Griebeler<sup>19</sup>  
Paulo Roberto da Costa Sartori<sup>20</sup>*

Quando pensamos em que é o índio, a imagem que nos vem a mente é a de um homo sapiens sapiens em seu estado natural, vivendo em meio aos outros animais. Mais claramente, em uma busca literária, nos vem à memória o livro de José Alencar, “O Guarani”. Com uma visão do índio cristalizado (partilhada ainda por muitos na atualidade), cocares e penas coloridas enfeitam nosso imaginário. Em outra perspectiva, percebe-se uma diferença na visão do índio por pessoas que moram na cidade, e outras que residem no campo, uma de “bom selvagem” e outra vilipendiosa.

A visão que temos da sociedade indígena é um tanto pretenciosa. Como esperar que na “era digital” os índios não usufruam da tecnologia disponível? Devemos lembrar que todas as sociedades (inclusive o modelo eurocêntrico ocidental), mudam e reelaboram sua cultura fazendo uso de novas tecnologias. Da mesma forma, as sociedades indígenas, e tantas outras, persistem e resistem, mudam, se adaptam, mas não perdem sua identidade.

Em uma análise histórica, podemos observar as relações entre índios e não índios, iniciada nos primeiros contatos. Não só os índios incorporaram costumes e parte da cultura européia, como também aconteceu o contrário. Era uma relação recíproca de trocas culturais, mas com a superioridade bélica dos não índios.

Sobre a visão acerca dos indígenas, há alguns momentos na história que se exalta a sociedade indígena. Quando é conveniente se utiliza a imagem do índio como um elemento nacional, como foi, por exemplo, na delimitação e proteção das fronteiras do Brasil. Também quando sua mão de obra foi necessária e explorada como forma de garantir o desenvolvimento capitalista. Nota-se, por exemplo, que na Rede Globo de Televisão, na publicidade sobre a Rio + 20 foram exploradas as imagens de crianças indígenas que apareciam sorrindo, numa suposta existência de uma democracia étnico-racial no Brasil. Entretanto, há ocasiões como durante as disputas de terras entre índios e não índios, em que o caráter positivo da contribuição dos indígenas é substituído por uma visão preconceituosa e depreciativa desses sujeitos históricos. Ao reivindicar terras ou direitos sociais entram em conflito com interesses políticos e econômicos de alguns segmentos sociais. Neste momento, passam a ser vistos como “um problema” e entrave ao “desenvolvimento” dito nacional.

---

<sup>19</sup> Acadêmico do 1º ano de História da UNIOESTE.

<sup>20</sup> Acadêmico do 3º ano de História da UNIOESTE.